CEM ANOS COM PAULO FREIRE: DIÁLOGOS

Nesp n 10.indb 1 25/11/2020 21:10:19

CADERNOS TEMÁTICOS DO NESP
Número 10: Cem anos com Paulo Freire: diálogos

NÚCLEO DE ESTUDOS SOCIOPOLÍTICOS (NESP)

GRUPO GESTOR

REPRESENTANTES DA PUC MINAS:
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza (coord.)

REPRESENTANTES DA ARQUIDIOCESE DE BELO HORIZONTE:
Frederico Santana Rick
José Zanetti Gonçalves

SECRETARIA:
Carmen Lúcia de Araújo Vieira

COMITÊ EDITORIAL DESTA PUBLICAÇÃO:
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza

ORGANIZAÇÃO:
Adriana Maria Brandão Penzim
Carlos Eduardo Carrusca Vieira
Claudemir Francisco Alves
Mara Marçal Sales
Robson Sávio Reis Souza

CEM ANOS COM PAULO FREIRE: DIÁLOGOS

Adriana Maria Brandão Penzim
Carlos Eduardo Carrusca Vieira
Claudemir Francisco Alves
Mara Marçal Sales
Robson Sávio Reis Souza
Organização

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

editora PUC Minas

Belo Horizonte
2020

© 2020 Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida sem a autorização prévia do Nesp.

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS
Grão-chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo
Reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães
Secretário de Comunicação: Mozahir Salomão Bruck
Coordenador do Anima: Pe. Áureo Nogueira de Freitas

EDITORA PUC MINAS
Direção e Coordenação editorial: Mariana Teixeira de Carvalho Moura
Comercial: Paulo Vitor de Castro Carvalho

Projeto gráfico e diagramação do miolo: Eduardo Magalhães Salles
Capa: Cláudio Lütkenhaus

CONSELHO EDITORIAL
Édil Carvalho Guedes Filho, Eliane Scheid Gazire, Ev'Ângela Batista Rodrigues de Barros, Flávio de Jesus Resende, Jean Richard Lopes, Javier Alberto Vadell, Leonardo César Souza Ramos, Lucas de Alvarenga Gontijo, Luciana Lemos de Azevedo, Márcia Stengel, Meire Chucre Tannure Martins, Mozahir Salomão Bruck, Pedro Paiva Brito, Sérgio de Morais Hanriot.

Elaborada pela Biblioteca da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

C393 Cem anos com Paulo Freire: diálogos/ organizadores Adriana Maria Brandão Penzim ...[et al.]. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, Nesp, 2020. (Coleção Cadernos Temáticos do Nesp ; n. 10).

200 p.: il.

ISBN – 978-65-88547-07-6

1. Freire, Paulo, 1921-1977. 2. Psicologia social. 3. Educação – Métodos de ensino. 4. Educação de adultos. 5. Política e educação. 6. Sociologia educacinal. I Penzim, Adriana Maria Brandão II. Título. III. Série.

CDU: 371-483

Ficha catalográfica elaborada por Fernanda Paim Brito – CRB 6/2999

Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp
Av. Dom José Gaspar, 500, prédio 4, sala 205 – Coração Eucarístico – Belo Horizonte – MG
CEP: 30.535-901 – Telefone (31) 3319-4978 – e-mail: nesp@pucminas.br – site: www.nesp.pucminas.br

Sumário

Parecer do escritor Rubem Alves ao Conselho
Diretor da Unicamp sobre Paulo Freire 7

Apresentação
Adriana Maria Brandão Penzim
Claudemir Francisco Alves
Robson Sávio Reis Souza 9

Psicologia social em preto e branco: Paulo Freire na
psicologia social que fazemos na PUC Minas
Rubens Ferreira do Nascimento 19

Paulo Freire, os dilemas da escola pública
e as contribuições da psicologia social
Cleiton Donizete Corrêa Tereza
Fernanda Mendes Resende 61

Provocações do não saber: notas sobre as dimensões
psicológicas, pedagógicas e políticas de escuta
Betânia Diniz Gonçalves
Carlos Eduardo Carrusca Vieira 81

Afinidades eletivas entre Paulo Freire
e o discurso psicanalítico
Carla de Abreu Machado Derzi
Cristina Moreira Marcos
Valéria Freire de Andrade 91

Por uma educação que transforme: o trabalho sob o ponto de vista de Paulo Freire
Mara Marçal Sales
Amanda da Silva Madeira
Logan Andrade dos Santos 107

Paulo Freire e construcionismo social: possibilidades dialógicas e de construções de novas realidades na Educação
Natália Silva Resende
Patrícia Eliane de Melo 123

Escola sem partido: tentativa de esterilização da reflexão ética e negação da alteridade na educação
Carlos Eduardo Carrusca Vieira 135

Paulo Freire: legado e reinvenção na educação integral
Cleidiane Lemes de Oliveira
Viviane Augusta Ramos Dias Pascoal
Deisy Ferreira dos Santos
Teodoro Adriano Costa Zanardi 169

Sobre os autores 195

Psicologia social em preto e branco: Paulo Freire na psicologia social que fazemos na PUC Minas

Rubens Ferreira do Nascimento

A PRESENÇA DE PAULO FREIRE EM NOSSA TRAJETÓRIA NA PUC MINAS

A Psicologia Social estuda os atravessamentos do social nas subjetividades e nos sujeitos, bem como as interações e as ações desses últimos na construção do social. No entanto, considerando cada um dos polos, sociedade e indivíduo, a compreensão se altera se se enfatiza um ou outro dos lados. As correntes psicológicas de Psicologia Social, como a Comportamentalista e a Cognitivista, focalizam o indivíduo na interação social ou na mera expectativa de interação social (RODRIGUES, 1979). Já as perspectivas sociológicas de Psicologia Social, como o Funcionalismo Estrutural, contemplam as interferências da macrossociedade no indivíduo ou podem partir de olhares interacionistas para analisar o fenômeno psicossocial e nele intervir, no caso do Interacionismo Simbólico e das correntes afins. Há, assim, sociologismos e interacionismos, como também as versões individualistas na Psicologia Social. Entretanto, compondo a Psicologia Social, convivem com essas perspectivas um outro conjunto de correntes que nomeio aqui como Psicologias Sociais Críticas (SPINK; SPINK, 2005; ALVARO; GARRIDO, 2006; MARTÍN-BARÓ, 2017).

Há uma analogia que facilita o entendimento sobre o que é Psicologia Social e o que são Psicologias Sociais Críticas. Recorro, nesse sentido, a

contribuições da Geografia. Imaginemos que a Psicologia Social é uma montanha com três lados ou vertentes. A Psicologia Social Psicológica é uma vertente, a Psicologia Social Sociológica é outra e as Psicologias Sociais Críticas são a terceira vertente. Cada uma delas tem suas fontes que brotam e escorrem montanha abaixo, mantendo-se do mesmo lado. Essas correntes de água, vindas de fontes do mesmo lado de uma montanha, simbolizam as correntes ou as abordagens das distintas vertentes de Psicologia Social. Vemos, então, que a Psicologia Social abriga diversas abordagens e pode ser também vista em sua pluralidade como "Psicologias Sociais".

> A psicologia social é uma área do conhecimento que apresenta inúmeras definições, abordagens teóricas, objetos de estudos etc. Alguns autores a consideram uma subárea da psicologia, outros acreditam que ela é a interseção da psicologia com a sociologia. Há ainda aqueles que afirmam que o adjetivo social não delimita uma divisão temática ou conceitual, mas enfatiza a importância do compromisso político que o psicólogo deve ter. Uns baseiam-se nas leituras do materialismo histórico-dialético para estruturar sua prática profissional. Outros preferem as leituras construcionistas ou ainda da teoria das representações sociais. Há psicólogos sociais behavioristas, cognitivistas, psicanalistas, comunitários... (CORDEIRO; LOPES, 2009, p. 1).

Situo-me como psicólogo social comunitário. No meu modo de ensinar e de praticar Psicologia Social a vejo como se constituindo na interseção da Psicologia com a Sociologia. Contemplo, nessas práticas pedagógicas, as dimensões ontológica, epistemológica e metodológica que fundamentam um paradigma e enfatizo os aspectos éticos e políticos que são o diferencial das Psicologias Sociais Críticas, conforme Maritza Montero (1996).

Minha presença na PUC Minas destaca-se pelo ensino-aprendizagem teórico e prático de Psicologia Social e está regada de Psicologias Sociais Críticas. Passa por intensas interações principalmente com alunas e alunos em salas de aula e de supervisões, mas também nos corredores, laboratórios, lanchonete... Essas interações estendem-se para além dos

muros da Universidade, no contexto das relações interinstitucionais e das atuações em comunidades. Minhas práticas acadêmicas são bastante marcadas pelo investimento na extensão universitária em articulação com estágios, ensino e pesquisa.

Neste artigo, contemplo a presença de Paulo Freire nas práticas de ensino-aprendizagem em Psicologia Social com ênfase crítica que venho desenvolvendo há vinte anos na PUC Minas São Gabriel. Entretanto, não quero "colorir" essas ações de modo a chamar a atenção para a quantidade de feitos, nem pretendo dar saliência à estética do discurso em detrimento da mensagem que remete a horizontes de transformação social. O título não tem a ver com o fato de eu ser atleticano, mas, sim, à intenção de retratar minhas práticas pedagógicas como que "em preto e branco". O fotógrafo mineiro Sebastião Salgado entende que as cores desviam a atenção do que lhe interessa realmente mostrar: "Eu fotografo meu mundo, sou uma pessoa do Terceiro Mundo. Conheço a África como a palma de minha mão porque há somente 150 milhões de anos a África e a América eram o mesmo continente" (SALGADO, 2019).

O título também quer dar relevo à questão racial. Pretendo racializar a Psicologia Social que fazemos no continente latino-americano. Uma Psicologia multirracial sendo feita por e com gente miscigenada que utiliza raça como categoria analítica, além de optar por ir junto e cooperar com movimentos sociais e comunidades, esses e essas, que podem tomar raça como conceito político. Destaco o "preto" e o "branco" também para referir às cores das peles, respectivamente, a minha e a de Paulo Freire. Assim, evitando "colorir" ou "florear", faço esta comunicação sobre uma Psicologia Social dialógica e coletiva que tem sido feita, sempre com outros, por um psicólogo "preto"[1] à "sombra" de um educador "branco". Afinal o "espírito" de Paulo Freire nos acompanha desde antes da academia.

[1] Ressalto que, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), raça/cor negra se refere às pessoas que se autodeclaram pardas e pretas. Em minha certidão de nascimento consta a cor parda. Contudo, assumindo minhas características fenotípicas e também minha identidade racial, me autodeclaro como negro de cor preta.

Sobre a opção pela voz na primeira pessoa do singular, poderia ser diferente. Seria possível usar o "nós" para dar relevo à dimensão comunitária que orienta os valores, saberes e fazeres psicossociais com os quais estou envolvido. A autoria nesse tipo de trabalho é sempre, em certo sentido, "coautoria". As falas e as práticas estão sempre repletas de outras vozes: acadêmicas, institucionais, comunitárias. No entanto, a opção feita quer demarcar a dimensão de conhecimento situado e de lugar de fala aos quais se referiram, respectivamente, a feminista branca Donna Haraway (1995) e a feminista negra Djamila Ribeiro (2017). Não falo da Psicologia Social e da prática pedagógica de maneira genérica ou homogênea, mas, de outro modo, ambas realizadas por um psicólogo social e acadêmico que busca colocar em relevo e se relacionar com seus lugares de raça, classe e gênero, por exemplo. Contudo, falarei, em alguns momentos, na segunda pessoa do plural para salientar que a maior parte do meu trabalho é, por opção, feita junto com outros e outras.

O texto está organizado assim: na próxima seção, faço minha localização no trabalho de aproximação da Universidade com comunidades de seu entorno e mais além, principalmente, por meio de práticas de extensão e estágios quase sempre em diálogo com o ensino e a pesquisa. Na terceira seção, explorarei a noção de relação e conceitos correlatos com contribuições de Paulo Freire que demarcam haver um novo paradigma presente na Psicologia Social da América Latina. Em sequência, na quarta seção, caracterizarei a Psicologia Social que fazemos e que tem em Freire um dos seus pilares. Nas ideias de Paulo Freire, teoria, metodologia, prática e valores éticos e políticos se articulam e se intercambiam, assim como na Psicologia Social Crítica Latino-Americana. Na quinta seção, contemplo a participação de Paulo Freire nas dimensões éticas e políticas de compromisso social e de libertação da Psicologia Social Crítica Latino-Americana. Na sexta seção, quis apresentar a mediação, a intervenção e a supervisão como investimentos acadêmicos práticos e metodológicos que são também educativos, psicossociais e políticos. Na sétima seção, contemplo meus atuais investimentos em pesquisa e

extensão, suas articulações e dimensões de pedagogia da autonomia. Na oitava seção, sinalizo para a importância da racialização da Psicologia ao problematizar a branquitude e o branqueamento e buscar alternativas de libertação em brechas paradigmáticas abertas por Paulo Freire e Martín-Baró para os diálogos entre a Psicologia Africana, Mediação Comunitária e a Justiça Restaurativa. Finalizando, teço as considerações finais acentuando a satisfação de produzir o presente artigo.

POTENCIALIZANDO AS RELAÇÕES ENTRE A UNIVERSIDADE E AS COMUNIDADES

Com seis meses de contratação, em 1999, atuando no *campus* de Betim da PUC Minas, me envolvi com o Programa Alfabetização Solidária do Governo Federal a partir da extensão universitária. Passei a fazer semestralmente, por anos consecutivos, o trabalho de acolhimento e fomento à integração grupal de 60 educadores, em formação pelo Programa, vindos sempre de quatro cidades da Paraíba. Eu selecionava estagiários voluntários e realizávamos encontros de preparação para o trabalho, que executávamos e avaliávamos. Foi assim que passamos a nomear nossas práticas como oficinas (NASCIMENTO, 1999), seguindo as orientações da professora universitária e psicóloga social Lúcia Afonso.

As oficinas em dinâmica de grupo, segundo Afonso (2002), são um método de intervenção psicossocial. A pesquisadora fez uma sistematização teórico-metodológica de produções da tradição de trabalhos grupais em psicologia e saberes afins, tais como Kurt Lewin e a dinâmica de grupo, a grupoterapia psicanalítica, os aportes das correntes institucionalistas, a psicoterapia breve, o grupo operativo de Pichon Rivière e os círculos de cultura de Paulo Freire. Em semelhança a William Cezar Castilho Pereira, que já havia publicado o seu "Dinâmica de grupos populares" (PEREIRA, 1999), Lúcia Afonso sistematizou outra importante produção mineira para as estantes brasileiras de Psicologia Social.

Em 2000, tivemos aprovada uma pesquisa-ação sobre a paternidade na adolescência (Projeto PIPA) na seleção da Fundação The John and Catherine T. MacArthur, de Chicago, no Brasil. Compúnhamos par-

ceria com Luiz Rena, ex-professor da Faculdade de Psicologia da PUC Minas. Nosso método comum para coleta de dados e para intervenções psicossocial e educativa na pesquisa foi as oficinas. Na publicação que contemplou essa pesquisa-ação (NASCIMENTO, 2003), cunhei o nome "Oficinas Psicossociais", mas eu já havia utilizado o termo em apresentações em eventos acadêmicos nacionais e internacional (Cuba). Lúcia Afonso reconheceu publicamente a minha autoria na invenção do termo para o método que ela havia sistematizado, vindo a registrar esse reconhecimento em carta enviada ao Curso de Psicologia da PUC Minas São Gabriel em 2019. Oficinas Psicossociais é o nome adotado para o estágio supervisionado da PUC São Gabriel que promove o ensino-aprendizagem de Psicologia e os trabalhos grupais.

Assim que pudemos, vinculamos o projeto PIPA à PUC Minas envolvendo alunos das unidades de Betim e de São Gabriel. Como sequência desse trabalho, eu criei, em 2004, o projeto Sexualidade é Vida que articulou a parceria entre a PUC Minas, o Instituto das Religiosas do Sagrado Coração de Maria e o Instituto Marista de Solidariedade.

Compus o primeiro grupo de professores da PUC São Gabriel no ano de início das ações, 2000. Participamos das conversas iniciais sobre o Projeto Beira Linha, como também das iniciativas da coordenação de extensão da unidade junto ao setor de comunicação relacionadas à questão racial na universidade. Estive como coordenador de extensão do Curso de Psicologia da PUC São Gabriel por vários anos.

O Projeto Criança Esperança foi assumido pela PUC Minas para a implementação em Belo Horizonte, em 2002. Participei da primeira equipe interdisciplinar de atuação. Juntos, professores e alunos dos cursos de Psicologia, Comunicação e Ciências Sociais, inauguramos as ações cooperativas com as comunidades do Aglomerado da Serra em Belo Horizonte. Estive no Criança Esperança até 2005, mas continuamos no Aglomerado até 2009 por meio do Observatório da Infância e da Adolescência, outro projeto de extensão da PUC São Gabriel, em uma pesquisa-ação sobre a violação dos direitos dos adolescentes daquelas

comunidades (BATISTA; MAYORGA; NASCIMENTO, 2010; MAYORGA; NASCIMENTO, 2009).

Na primeira década do século XXI, estivemos ainda nos projetos: Arte e Cultura no Primeiro de Maio, que foi o primeiro projeto de uma universidade particular a ser financiado pela FAPEMIG; Arte Cultura e Cidadania; Sexualidade e Mediação, em parceria com o Programa Mediação de Conflitos do Estado de Minas Gerais; Desejas (Debatendo Sexualidade com Jovens do Aglomerado da Serra) e ConversAção Comunitária, que promovia a aproximação da PUC São Gabriel com comunidades do seu entorno. Em todos esses trabalhos, e nesse último em particular, buscávamos realizar um tipo de relação entre universidade e seu extramuros que não fosse de uma autoritária "extensão" dos conhecimentos elaborados ou veiculados dentro da academia para fora dela, mas, conforme Paulo Freire no seu livro *Extensão ou Comunicação* (FREIRE, 1977), nos esforçávamos para fazer uma Extensão Universitária que buscasse ser troca, diálogo, "comunicação" entre a Universidade e as comunidades e organizações do seu entorno e mais além. O destaque é que, desde meu início, em 1999, até 2020, nunca deixei de fazer Extensão Universitária a partir da PUC Minas.

Sobre a relação com discentes, vale relembrar que o projeto "ConversAção Comunitária: Potencializando as Relações entre a PUC São Gabriel e Comunidades do seu Entorno" foi elaborado e executado de 2009 a 2013 junto com o PEPA (Prosa e Pesquisa Ação), grupo de alunas que, com nosso apoio, optou por trabalhar na extensão universitária da PUC São Gabriel. Antes, porém, apoiamos entre 2003 e 2007 o GEAB (Grupo de Estudos Afro-Brasileiros) composto por alunos diversos e outros, principalmente da PUC Minas, os quais se fortaleciam quanto à questão racial na universidade, estudando, reunindo-se, realizando eventos. Muitos desses estudantes foram contemplados com bolsas da Fundação Ford, que apoiou a entrada e a permanência de negros, mulheres, nordestinos e outros grupos sociais subalternizados na pós-graduação *stricto sensu* em universidades do Brasil e do exterior. Atualmente oferecemos suporte ao GEP – Grupo de Estudos Pretos, que se reúne

autonomamente na PUC Coração Eucarístico com o apoio do curso de Psicologia da unidade (JESUS; SILVA; NASCIMENTO, 2020). Tenho contribuído ainda em inciativas de pesquisa com os alunos e incluído estudantes nas nossas propostas nesse âmbito. Para fazer uma pedagogia da autonomia, dentre vários outros apontamentos, Paulo Freire, afirma também que "ensinar exige pesquisa" (FREIRE, 1999, p. 32).

Como se pode observar, minhas pesquisas são quase sempre pesquisas-ações. Essas práticas são vistas por alguns autores não como técnica ou método, mas como paradigma. Pensando assim, o pesquisador e professor marroquino Khalid El Andaloussi manifestou seu prazer pela tradução do seu importante livro "Pesquisas-Ações" desse modo: "com efeito, a perspectiva de ser lido no país e na língua de Paulo Freire, um dos pioneiros das abordagens participativas e da pedagogia das classes desfavorecidas, representa para mim um presente formidável". (ANDALOUSSI, 2004, p. 9).

PAULO FREIRE NO PARADIGMA DA PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA LATINO-AMERICANA

Assumo a tese, compartilhada por muitos, de que há um novo paradigma presente nos estudos sociais críticos latino-americanos. Paulo Freire é, sem dúvida, um dos representantes desse paradigma. Relações sociais é ideia chave para se contemplar o paradigma da Psicologia Social Crítica Latino-Americana. Palavração[2] e Analética[3] são conceitos intimamente relacionados às relações sociais, elaborados e praticados por estudiosos e práticos latino-americanos com a participação direta e indireta de Paulo Freire. O tema desta seção tem sido objeto de minhas aulas e atividades acadêmicas (NASCIMENTO, 2007).

[2] Paulo Freire utilizou o conceito de palavração na Revista Mundo Jovem, PUC-RS, n. 32, p. 20. Venho, há muitos anos, tentando acessar essa obra, ainda sem sucesso. Na impossibilidade de citar diretamente esse texto de Paulo Freire, trabalhei exclusivamente com a apresentação feita por Pedrinho Arcides Guareschi (2002).

[3] Tenho investido ainda elementarmente no exame de obras de Enrique Dussel e estudiosos dele. Neste texto, sigo Guareschi (2002) também para apresentar o conceito de Dussel.

Relacionado à palavração, "conscienciação" foi o conceito utilizado por Paulo Freire nos inícios dos seus trabalhos como contraponto para as dicotomias tradicionais da ciência: teoria x prática, falar x fazer e consciência x ação. O termo tem o significado de indissociabilidade entre consciência e ação, além de ser mais radical do que a palavra conscientização que foi, posteriormente, mais usada pelo próprio Paulo Freire, seus seguidores e outros (GUARESCHI, 2002).

Em várias oportunidades, Freire se posiciona como cristão e revolucionário. Fala que foi na sua aproximação com Cristo que se aproximou também dos favelados e que se acercou do pensamento marxista para compreender melhor as situações de pobreza, desigualdade e injustiça social (VALE; JORGE; BENEDETTI, 2005). A filosofia de Freire é próxima do pensamento católico e, principalmente, da Teologia da Libertação. Estamos entre os educadores cristãos e progressistas influenciados por Paulo Freire. Conosco isso ocorre desde a adolescência, quando éramos, ao mesmo tempo, público alvo e atores sociais nas práticas pastorais e sócio-políticas de nossa região de moradia.

Segundo Guareschi (2002), para fundamentar o conceito de palavração, muito próximo do conceito de conscienciação, Freire se vale de Jesus Cristo. Palavração implica a indivisibilidade entre o que se diz/conteúdo e o que se faz/método. Sob essa ótica, a pedagogia testemunha uma presença que anuncia, denuncia e contradiz. O educador seria verbo-carne, conforme o evangelista João. Foi nessa direção que Paulo Freire deixou afirmações conhecidas da maioria de nós como: "ninguém ensina nada a ninguém: deixamos um pouco de nós nas pessoas com quem entramos em contato" e "a essência do ato pedagógico são as relações que estabelecemos" (FREIRE apud GUARESCHI, 2002, p. 209).

Faz-se relevante que estejamos atentos à importância de os facilitadores e as facilitadoras se darem a conhecer no contexto de uma intervenção. A conduta e a postura devem ser próximas das pessoas e do grupo. Nas oficinas, é certo que estarão em questão a vida dos educandos, suas dúvidas e suas certezas quanto à problemática em foco no trabalho. Não somos chamados apenas para facilitar o processo, manejar técnicas

e promover interações. Também interagimos e podemos disponibilizar informações, fomentar simulações e dar exemplos práticos, bem como podemos nos apresentar mais explicitamente, por vezes como modelos para a identificação ou não dos participantes, conforme a circunstância.

Freire realiza uma pedagogia dialógica sustentada nas relações sociais como sendo a essência do ato educativo. Assim, nosso grande educador brasileiro critica o discurso vazio desvinculado da prática, a palavra burocrática. Para ele, a palavra deve ganhar sentido com a prática e não pode ter valor em si mesma. Conhecer é viver, nesse sentido. Experimentamos uma realidade e nela, como seres humanos, nos experimentamos, no contexto de uma prática social e historicamente compartilhada (GUARESCHI, 2002).

Na impossibilidade de estarmos frequentemente com os pesquisados fora do contexto do trabalho grupal, podemos buscar participar de momentos significativos para eles, como, por exemplo, reuniões e atividades comunitárias, de militância, culturais, religiosas. Não é possível conhecer sem praticar, na perspectiva de Paulo Freire. As marchas dos movimentos sociais como o MST, e acrescentamos a Parada *Gay* ou a Marcha das Vadias, são práticas expressivas de conhecimentos comprometidos e solidários. Guareschi (2002), recorrendo a Boaventura Souza Santos, denuncia as históricas eliminações de formas de conhecimento sustentadas por práticas sociais de povos estranhos, os "epistemicídios" que tornam invisíveis os conhecimentos alternativos gerados por práticas sociais diversas.

A relação dialógica pressupõe tanto o desejo de conhecer o outro, quanto o interesse de se dar a conhecer. Devemos buscar criar um clima de confiança e respeito que favoreça as interações entre os participantes e deles conosco. Que nossa condução do processo grupal mobilize a eles e elas para que possam expressar os saberes que trazem e constroem a partir das suas práticas e convivências cotidianas. Importa a nós, acadêmicos, não apenas obter as informações sobre as experiências, mas também proporcionar acesso aos saberes científico e normativo, além de aprender e construir conhecimento sobre os temas trazidos

nas narrativas e diálogos grupais. Guareschi (2002) cita Enrique Dussel (filósofo da libertação), Martín-Baró (psicólogo da libertação) e o próprio Paulo Freire (pedagogo da libertação) como testemunhas de "palavração". Tais sujeitos falaram e praticaram a "verdade" da justiça social, denunciaram injustiças e trabalharam para a libertação de povos explorados e oprimidos na América Latina. Sofreram consequências por causa disso: perseguições, exílios, morte. Atuo em contextos diversos, mas faço claramente a opção por trabalhar preferencialmente com e para sujeitos desempoderados e de contextos de vulnerabilidade e violência. Não há neutralidade da minha parte.

O conceito "palavração", de Paulo Freire, se apresenta como uma das referências para um novo paradigma em Psicologia Social. Essa ideia aponta para uma formação contínua que pressupõe diálogos, práticas, estudos e interlocução diversas, assim como a exploração, a revisão e a reinvenção dos fundamentos ontológicos, epistemológicos e metodológicos que nos orientam balizados pelas dimensões éticas e políticas, como propõe Montero (1996), atenta às relações sociais.

Em direção semelhante à de "palavração", de Paulo Freire, está o termo "analética", de Enrique Dussel. Analética é uma nova lógica presente nos estudos e práticas latino-americanos, desde o final do século XX. Essa lógica se insinua no contexto de relações com povos marginalizados e excluídos, esses que são invisibilizados e não têm tido suas vozes escutadas. Analética vai além das lógicas da identidade e da dialética presentes na filosofia do ocidente.

Na lógica da identidade, característica do positivismo e do funcionalismo, a realidade é concebida como fechada sobre si mesma, como algo único. Trata-se do plano do indivíduo e das relações interindividuais concebidas a partir da perspectiva do indivíduo e embasadas pelos psicologismos.

Já na lógica da dialética, há uma contradição interna à própria realidade, esta é vista como cindida. A perspectiva imperante é social e histórica. A negatividade, a incompletude e a relatividade da realidade são evidenciadas. Diferentemente da lógica da identidade, na lógica da

dialética a realidade não é apenas o que está aí, ou seja, a experiência imediata, mas também é realidade "o escondido, o não dito, o iluminado" (GUARESCHI, 2002, p. 214). Essa lógica fundamenta algumas psicologias sociais críticas.

Para a dialética, em Dussel, compreendemos o "outro" presente no "mesmo". O mesmo é aquele que, como "diferente", se apresenta a mim. Diferente quer dizer *dis* (divisão, negação) + *ferre* (levar com violência, arrastar). Então, conforme o latim, o outro é arrastado, colocado como oposto desde a identidade original. Na relação "eu-tu", haveria, portanto, um polo soberano, preponderante, o "eu" ou o "nós". Essa é a dialética monológica (GUARESCHI, 2002).

Na analética dialógica, vindo de *dis* (divisão, negação) + *tingere* (tingir, pintar), o outro se apresenta como distinto. O outro não é arrastado para fora, dominado. É separado do "eu" sem violência. Possui identidade própria. Estabelece relações de diálogo com o mesmo, relações construtivas, de convivência. É um "outro" que está no mundo para além do meu mundo, "outro", à luz de Levinas, estudado por Guareschi (2002), mais radicalmente outro. Outro diante do mesmo, não o outro no mesmo como seria na dialética monológica. O ser humano não se experimenta em primeiro lugar como sendo o dono do ser, mas como relação, abertura, diante de um outro que exige justiça, que propõe (ou não) a paz, que também tem direitos e que, contra nossa pretensão totalizante de abraçá-lo, protesta.

Analética é forma superior de relação, vem de *ana* (trans, além, acima) e abre espaço para a ética. Para Guareschi (2002), baseado em Feuerbach, a analética é a verdadeira dialética. Parte do diálogo com o outro e não do diálogo solitário realizado consigo mesmo. Guareschi (2002), se valendo mais uma vez da contribuição de Levinas, afirma que ver um rosto já é escutar "Não matarás! E escutar não matarás!, é escutar: Justiça social!" (LEVINAS apud GUARESCHI, 2002, p. 218). Vale a pena citar literalmente, agora, o psicólogo social, seguidor de Paulo Freire, ao qual estamos recorrendo nesta seção:

> Na perspectiva da lógica identitária, da totalidade, ou mesmo dentro de uma lógica dialética onde o outro é o "diferente", o ser humano passa a ser um indivíduo, isto é, alguém que é *indivisum in se* e alguém que "não tem nada a ver com os outros" *divisum quolibet alio*. Ele se torna o centro de tudo, é ele que decide, Ele que detém a última palavra no afirmar e no julgar se algo é justo ou não. O outro passa a ser um estranho, um alienígena: o índio, o negro, a mulher, o excluído. Eu o explico, eu o domino, eu o exploro. E mais: sou eu que decido até mesmo quando porventura poderão existir relações de dominação ou exploração. (GUARESCHI, 2002, p. 218).

Analética é mais um conceito que contradiz a lógica do indivíduo e do individualismo. E, mais do que na dialética, valoriza a relação, o diálogo colocando em questão a onipotência do ego ou a supremacia do sujeito desejante para a definição da realidade. O "outro" ganha relevo para além do "mesmo". Contempla-se, assim, a relação em perspectiva de abertura, respeito, despojamento, alteridade radical.

Palavração e analética são conceitos elaborados a partir de grupos sociais desprivilegiados de poder. Apresentam-se como sinais de um novo paradigma para a psicologia social. Expressam uma radicalidade na contemplação da alteridade na práxis das relações. Portanto, são conceitos de quem vai para o campo, compartilha saberes e fazeres, interage e aprende com os outros, acolhe o serviço de monitoramento feito pelas equipes ou pelos externos e propõe avaliação do próprio trabalho pelos parceiros, pelos colaboradores e pelos próprios pesquisados. Trata-se de quem se propõe a compartilhar com os investigados os lugares de sujeito epistêmico e de objeto a ser conhecido, bem como de quem acolhe e, portanto, se reposiciona nas relações pesquisador-pesquisado.

O psicólogo social abrapsiano Marcos Vieira Silva, carinhosamente conhecido como Marquinhos, se orgulha de ter sido aluno de Paulo Freire. Ele nos transmitiu uma história contada pelo educador nordestino, a qual era narrada mais ou menos assim: em dada ocasião, trabalhando com seringueiros e demais trabalhadores rurais, estava em questão o conhecimento técnico sobre o modo de cortar as árvores visando evitar-se o risco de acidentes. Enquanto os profissionais especialistas

debatiam sobre o como cortar, sobre o lugar onde a árvore iria cair etc., um representante dos trabalhadores os interrompeu dizendo: "então, doutores, vocês não precisam dizer pra gente como cortar a árvore e onde ela vai cair não, por que isto aí a gente já sabe por experiência. O que nos interessa mesmo é o seguinte: quando a árvore cair, de que lado vocês vão estar?".[4] Fala-se aqui, à luz de Paulo Freire, de posicionamentos a favor dos grupos sociais que necessitam de empoderamento em relações desiguais e injustas de poder, portanto, em relações de dominação. Contemplam-se relações de compromisso ético e político em vista da justiça social.

AS PSICOLOGIAS SOCIAIS CRÍTICAS E SUA EXPRESSÃO NA AMÉRICA LATINA

Trabalhando com a disciplina Psicologia Social, no terceiro período do Curso de Psicologia, procuro ser fiel à ementa contemplando os fundamentos, a história e a caracterização da disciplina no geral e nas especificidades das suas vertentes e correntes. Isso possibilita o entendimento de que a origem da Psicologia Social pode ser identificada na Europa ou nos Estados Unidos, dependendo da versão contada. Contemplar essa imprecisão já é uma maneira de ensinar explorando, mas relativizando as narrativas e tomando-as como componentes ideológicos da construção "das Psicologias Sociais". Com isso, problematizamos a história contada como sequência de fatos e atos (heroicos?) e, sem negar a importância do rigor, temperamos as reflexões dos alunos com interferências em citações, como essa de Fernando Pessoa: "Navegar (cientificamente) é preciso, viver (e fazer ciências da vida humana) não é preciso!".

Os conceitos e as categorias anunciados na ementa já pontuam a ênfase a ser dada nas correntes críticas de Psicologia Social: identidade psicossocial, sujeito e subjetividade sociais, relações sociais, poder e dominação, raça, classe, gênero e interseccionalidade, pressupondo a

[4] Notas de palestra proferida pelo professor Doutor Marcos Vieira Silva no XVIII Encontro Regional da Associação Brasileira de Psicologia Social – ABRAPSO, no ano de 2012, em Juiz de Fora.

necessária presença da sexualidade/política sexual. Como é bom auxiliar as alunas e os alunos a visibilizarem suas (auto)construções psicossociais e a perceberem que são participantes responsáveis no engendramento de si-mesmos e do mundo! Paulo Freire fazia isso nos seus trabalhos de alfabetização de adultos e sempre exortava os professores a atuarem dessa maneira (FREIRE, 1999).

Falar em Psicologias Sociais Críticas é estar muito próximo de Paulo Freire. Moreira e Sloan (2002, p. 10-12), apesar de se referirem à "psicologia crítica" no singular e sem o "social", nos ajudam a esquematizar os pontos que nos possibilitam caracterizar as Psicologias Sociais Críticas:

- Compreensão do comportamento humano como interação entre estrutura social, história, cultura e psique;
- Crítica às ideologias presentes na psicologia, como, por exemplo, o sexismo, o etnocentrismo, o classismo e o racismo;
- Crítica às práticas psicológicas, especialmente aos efeitos delas que são promotores de desigualdades, como, por exemplo, etiquetar alunos como bons ou maus;
- Defesa dos direitos humanos no âmbito da saúde mental, por exemplo, o Movimento da Reforma Psiquiátrica;
- Psicologia a serviço das lutas contra injustiças, pobreza, violência e outros sofrimentos humanos relacionados ao sistema social.

Além disso, o autor e a autora, de orientações sociais e históricas, elencam enfoques antagônicos que possibilitam reunir as correntes de Psicologias Sociais Críticas por meio da sua rejeição comum a tais enfoques. São eles: as epistemologias positivistas; o objetivismo e o reducionismo; o biologicismo e ainda os enfoques psicológicos norte-americanos. Maritza Montero e Pablo F. Christlieb concordam que a vontade de se distanciarem das correntes dominantes na teoria, na academia e nas práticas profissionais ou políticas reúnem os psicólogos sociais críticos. O nome "crítico" diz respeito à crise, tanto no sentido de estar em crise como de pôr em crise. Esses psicólogos sociais pretendem:

> [...] hacer crítica de la psicología social estandartizada e institucionalizada (cuyo idioma oficial no es castellano, y cuya sede no está en Latinoamérica); asimismo y por lo mismo, pretende hacer crítica de la psicología social en sí misma, y últimamente, pretende y lo consigue muy bien, ser crítica de sí misma. (MONTERO; CHRISTLIEB apud SPINK; SPINK, 2005, p. 576-577)

Agora, baseado diretamente em Mary Jane Spink e Peter Spink (2005, p. 576), que apresentam a Psicologia Social como o estudo das múltiplas formas de sociabilidade e das maneiras como as pessoas constroem sentido sobre o seu cotidiano, e acrescentando citação complementar, apresento a postura crítica e autocrítica que caracteriza as Psicologias Sociais Críticas, expressas de quatro maneiras distintas:

1. Crítica às bases epistemológicas do conhecimento e à postulação de que o conhecimento é socialmente construído.
2. Produção de conhecimentos também entendida como discursivamente construída, havendo, portanto, uma centralidade da linguagem na ciência e na vida cotidiana.
3. Rompimento com o paradigma positivista de ciência e crítica ao mito da neutralidade científica, ambos relacionados a uma radicalização da psicologia social que passa a se colocar como uma disciplina engajada na transformação social e na construção de uma sociedade mais justa.
4. Compreensão de que métodos de coleta e análise de dados constroem a realidade, havendo, nesse sentido, um giro metodológico que deu lugar à invenção metodológica para se explorar os sentidos presentes no cotidiano e para se repensar a noção de campo, bem como a relação entre pesquisador e pesquisado. Ganharam relevo estratégias metodológicas como a pesquisa participante e a pesquisa-ação, as quais são atualmente abrangidas pelo conceito de intervenção psicossocial, que se faz pesquisando e intervindo. Considerando-se que, na intervenção psicossocial, se pode cristalizar os "fatos sociais" ou se pode dinamizar os "fenômenos sociais", fazem-se necessárias a presença da reflexão sobre a ética e a responsabilização pelos futuros a serem criados na pesquisa-intervenção.

As Psicologias Sociais Críticas abrigam as posturas construcionistas, holistas e transdisciplinares, os aspectos políticos e éticos das práticas científicas e profissionais, bem como o "compromisso com a transformação social e uma sociedade mais equânime" (SPINK; SPINK, 2005, p. 573). Elas não são uma escola, mas sim uma frente de luta ampla que alia argumentos e práticas. Seus porta-vozes são diversos, de diferentes contextos sociais e de distintas matrizes teóricas. Nos Estados Unidos, têm afinidades com a psicologia feminista e com a psicologia social da saúde, enquanto, na Europa, se expressam pela psicologia política e pela psicologia discursiva (SPINK; SPINK, 2005).

Apresento ainda outras correntes que considero psicossociais críticas. Na Europa, a Psicologia Histórico-Cultural se compõe de produções diversas e tem em Vygostsky, Luria e Leontiev, além de certos "freudo-marxismos", suas principais referências. O Movimento Institucionalista e as contribuições de Foucault, a Psicologia Social Clínica e a Sociologia Clínica compõem correntes que exprimem a ótica "psicossocial" das ciências clínicas e das instituições e organizações sociais (LÉVY, 2001). A Psicossociologia Francesa está entre essas correntes "psicossociais clínicas" citadas. Tratando da presença dessa corrente no Brasil, o nome de Paulo Freire é destacado como um seu representante, nos estudos realizados por Marilia Novaes da Mata Machado (2010).

Na América Latina, temos uma Psicologia Comunitária e Política que abriga, de certa forma, a Psicologia da Libertação de Ignacio Martín-Baró, que é uma psicologia social e política; a já citada Psicologia Socio-Histórica de Silvia Lane, que é uma psicologia social de base marxista; e a Psicologia (Social) Comunitária da venezuelana Maritza Montero (FREITAS, 1996).

Maritza Montero (1996, p. 106-109) caracteriza a Psicologia Social Comunitária, que ela ajuda a fazer na América Latina, distinguindo-a de outras correntes e pontuando seus aspectos ontológicos, epistemológicos e metodológicos balizados pelas dimensões éticas e políticas. Quanto à noção de sujeito, ela enfatiza o relativismo e a crítica que se faz "a partir da própria construção da realidade e do discurso sobre ela". No aspecto

da construção científica de conhecimentos, ela pontua a relação dialógica entre pesquisador e pesquisado, além de assinalar a "crítica construída na pesquisa por ambos, de forma dialética". Em termos metodológicos, explicita a pesquisa-ação participativa em suas características dialógica, dialética e transformativa. Há a "geração de construções na ação crítica coletiva" e a conscientização é produto de um "processo construído pelos sujeitos" em interação (MONTERO, 1996, p. 109).

Ainda seguindo Montero (1996), no aspecto ético, exercita-se o "Juízo de apreciação aplicado à distinção entre o bem e o mal" e investe-se na "Concepção do outro e seu lugar na produção e na ação do conhecimento". As práticas sociais são submetidas à reflexividade, ou seja, são examinadas constantemente pelos pesquisadores e pelos pesquisados, podendo ser significadas e ressignificadas à luz de novas construções de sentido sobre essas mesmas práticas. Em proximidade, na dimensão política, propõe-se a organização da comunidade em perspectiva de horizontalidade. Apontam-se aspectos psicológicos nas relações com informações sobre eles. Há a reflexão, a problematização, o exercício de conscientização, os apontamentos dos direitos e deveres e o exercício de crítica das ideologias em vistas de outras construções compreensivas e emancipatórias acerca da realidade (MONTERO, 1996).

As raízes da Psicologia Social Crítica na América Latina estão imbricadas com a Teologia da Libertação e com as disciplinas afins, como a Filosofia da Libertação, a Psicologia da Libertação e a Pedagogia da Libertação. Nessa última, destaca-se Paulo Freire, que é aclamado como o grande nome da educação popular em nosso continente, dividindo o lugar com o sociólogo colombiano Orlando Falls Borda, como pilares da Psicologia Social Crítica Latino-Americana (FREITAS, 1996; LANE, 2009).

No Brasil, diversos psicólogos(as), psicólogos(as) sociais e outros(as) cientistas, profissionais e atores/atrizes sociais estão fazendo uso ativo de contribuições seja das correntes críticas em suas especificidades, seja também por meio de hibridismos e reinvenções dessas correntes. O principal canal de interlocução comum é a já citada Abrapso (As-

sociação Brasileira de Psicologia Social), da qual fazemos parte e que valoriza imensamente o mestre Paulo Freire.

PSICOLOGIA DO COMPROMISSO SOCIAL E DA LIBERTAÇÃO

Estando em Cuba, num evento intercontinental que enfatizava a Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky, percebi, em meio a interações diversas, a grande influência de Paulo Freire sobre os pesquisadores e interventores sociais dos países da América Latina. Contudo, manifestei ali, publicamente, meu estranhamento com a evidente semelhança, quase indistinção, entre Psicologia e Pedagogia, principalmente, na psicologia cubana expressada nas exposições de trabalhos práticos e nas apresentações acadêmicas. O simpático Sr. Juan Guevara, eleito nesse evento como psicólogo emérito de Cuba, me interpelou no corredor e me disse assim: "vejo que está bastante interessado no nosso evento! A pergunta que você fez (e para a qual eu ainda não havia tido respostas satisfatórias, acrescento) não pode ser devidamente respondida pelos psicólogos cubanos que não viveram os dois períodos: o anterior e o pós-revolução de 1959". Ele me falou de sua admiração por Che Guevara e me contou, com algum detalhe, um pouco de suas interações com o revolucionário argentino (apesar do sobrenome comum, não eram parentes), mas o que merece destaque para as nossas reflexões aqui foi o que me disse quanto ao posicionamento do ministro responsável pelos trabalhos sociais-comunitários junto aos profissionais de atuação nos campos: "a partir de agora, primeiro vocês atendem o povo, depois vocês brigam entre si". Importa menos, nesse momento, problematizarmos o autoritarismo da condução política do que enfatizar a acertada opção pela saúde, pela educação e pelo bem-estar da população como o principal objetivo a ser assumido pelos profissionais. Refleti, naquela ocasião, que no nosso Brasil capitalista os profissionais são formados para pensarem em si mesmos, em seus interesses particulares e coorporativos, sendo os indivíduos, e não necessariamente "o povo", os fins-meios para conquistarem seus próprios objetivos, apesar dos juramentos de formatura.

Temos aí uma das razões de muitos profissionais orientados por tais valores, conhecendo ou não Paulo Freire, manifestarem sua aversão pelo educador pernambucano.

Maritza Montero veio à PUC São Gabriel duas vezes. Em ambas, falou de trabalhos práticos orientados pelo método de Paulo Freire. Na segunda vez em que esteve conosco, perguntei a ela sobre o que fazia no momento. Ela me disse que investia em estudos que procuravam identificar o quanto Michel Foucault leu Paulo Freire. Não é surpreendente para quem conhece essa legítima representante da Psicologia Social Crítica Latino-Americana.

A citada Maria de Fátima Quintal de Freitas, outra dentre as(os) grandes nomes da Psicologia Social Comunitária em nosso continente, tem sido uma guardiã da identidade do psicólogo comunitário. Ela retoma constantemente a história da presença de psicólogos nas comunidades, focalizando nelas os traços característicos, ou não, dos saberes-fazeres constitutivos dessa disciplina. Em seus trabalhos, ela observa que tem havido: a) significativo aumento quantitativo de psicólogas e psicólogos atuando nas comunidades; b) ampliação de trabalhos comunitários, de projetos sociais, de programas de protagonismo social, de campanhas de voluntariado e de terceiro setor; c) formas contemporâneas diferentes de atuação; d) contextos diversos de atuação para além dos tradicionais. Contudo, ela pergunta sempre: ocorre maior compromisso social dos profissionais de psicologia em torno dos interesses e necessidades das populações e grupos desempoderados? Há investimentos na transformação social para além de mudanças pontuais e localizadas? (FREITAS, 2008).

Como já dito, a Psicologia Social Comunitária de Fátima Quintal é embasada nos trabalhos da brasileira Silvia Lane, da venezuelana Maritza Montero e do espanhol radicado em El Salvador Martín-Baró. Martín-Baró inicia em 1986 a Psicologia Social da Libertação (MONTERO, 1996). Montero, assumindo ser uma representante dessa corrente, informa que o conceito de libertação pressupõe: a antidicotomia sujeito-objeto; a impossibilidade de separar teoria e prática; a ética

que leva ao compromisso e ao engajamento na luta contra injustiças. Baseando-se nas ideias de Martín-Baró, pode-se definir libertação como:

> Emancipação das maiorias populares marginalizadas dos meios e modos para satisfazer dignamente as necessidades básicas, complementares e para desenvolver suas potencialidades, para se autodeterminar... também abarca os grupos opressores, a respeito de sua própria alienação e dependência de concepções socialmente negativas. (PIZZINATO, 2010, p. 123)

Ainda seguindo Martín-Baró (2009) e Maritza Montero (2009, p. 98-99), influenciado e influenciada por Paulo Freire, entendemos assim a crítica com espírito libertador:

> Pressupõe uma visão de Psicologia que reconhece a presença do Outro e a sua relação com o Nós, estando a crítica libertadora a serviço do outro e da sua inclusão.
> É um contínuo revisar do a quem servimos e para que servimos, um diálogo constante com as pessoas e grupos com os quais trabalhamos, e com nós mesmos, como pessoas e como psicólogos(as).
> Prioriza as pessoas necessitadas e, assim, a Psicologia descentra-se de si mesma. Não pretende, com isso, fazer um ativismo irreflexivo. Pretende, ao contrário, gerar conhecimentos. A Psicologia deve ser uma práxis que diz às pessoas com quem trabalha e como ajuda a fazer, às ciências às quais enriquece e ao mundo que ajuda a construir e a transformar. Ao se trabalhar com cada ser humano e cada grupo humano em situações problemáticas concretas, se diz ao mundo, já que ali está refletida toda a humanidade.
> Não pode a libertação ser conhecida ou obtida perfeitamente. Ela nos produz um instante de reconhecimento, como um raio, que, no momento de "mudança", se faz realidade em si mesmo. É uma tarefa sem fim a ser reiniciada a cada dia. A independência e a libertação não são globais. Sendo alcançadas em uma parte, convivem com a opressão que se mostra ou que reaparece em outra parte. A necessidade de libertação está sempre presente. "O processo de libertação é uma constante batalha e a crítica é um dos meios para conquistá-la". (MONTERO, 2009, p. 99).

Parte-se da compreensão de que toda relação é educativa: na sala de aula, na supervisão, na atuação em mediação. As pessoas se localizam para as outras, e também com as outras, como *mediadoras.* Isso se dá em processos de ensino/aprendizagem formais e informais. Paulo Freire compreende a educação como interação educativa, na qual educador e educando ensinam e aprendem no contexto de relações dialógicas. Na compreensão freiriana, o diálogo não nega, mas pressupõe o conflito. Freire (1998), analisando a "dialética do senhor e do escravo" de Hegel, observa que a luta entre as duas consciências pelo mútuo reconhecimento leva à dominação de uma pessoa por outra. Na mediação opressor--oprimido, um dos elementos básicos é a prescrição. Uma consciência se impõe sobre a outra. O oprimido temeria a liberdade, pois essa exige que expulse, da sua consciência, as crenças, os valores e as prescrições do opressor. Esse vazio seria preenchido com sua autonomia (FREIRE, 1998; MAYORGA, 2007).

O mediador comunitário – sendo o agente externo, nós, ou o agente interno, o ator comunitário – será convidado a se assumir como ator e mediador social, um "educador" no sentido freiriano. Todo educador/mediador corre o risco de ser colocado e de se colocar no lugar de um "guru" e, em consequência, os mediandos de ocupar a posição de "discípulos". Um modo de evitar essa "tentação" será exercitar, cotidianamente, o esforço "para que seu lugar permaneça vazio, de modo a que todos possam desejá-lo e ninguém possa "preenchê-lo senão sob o risco de destruí-lo" (CHAUÍ, 2016, p. 256-257). Agir assim é atuar como mediador comunitário, mirando-se no educador para a prática da liberdade (FREIRE, 1983).

Nas relações de ensino-aprendizagem e de prática de mediação, o desejo dos alunos (e dos mediandos) de "apelar à figura da autoridade do mestre", para Marilena Chauí, com a qual concordo, advém de uma:

> [...] consciência contraditória que é a contradição interna entre a consciência que sabe e uma consciência que nega seu saber... (e da) [...] ideologia (que) não está fora de

> nós como um poder perverso que falseia nossas boas intenções: ela está dentro de nós, talvez porque tenhamos boas intenções. (CHAUI, 2016, p. 257)

Ao problematizar a ideologia em suas dimensões identitárias e éticas, em si mesmo e no outro, o mediador pode fazê-lo, como pretendia Paulo Freire, por meio de uma prática pedagógica inspirada em Sócrates, a qual é desmistificadora da ideologia, conforme afirmam Mesquida e Wandscheer (2005):

> O método de formação utilizado por Sócrates é a maiêutica, constituída de perguntas e respostas numa relação dialógica com os educandos. O método da paideia é, portanto, o dialógico. Paulo Freire quando anuncia a educação como prática de liberdade e elabora uma pedagogia que se origina no oprimido, se aproxima em conteúdo, método e finalidade da prática pedagógica socrática tal como nos é apresentada por Platão e Xenofonte. (MESQUIDA; WANDSCHEER, 2005, p. 32)

Essa prática pedagógica dialógica pode proporcionar aos acadêmicos, mediandos e mediadores os exercícios da reflexividade e da autolocalização como sujeitos sociais e comunitários, atores em relações e em realidades que devem ser visibilizadas em suas dimensões de poder e de dominação.

MEDIAÇÃO, INTERVENÇÃO E SUPERVISÃO: PRÁTICAS EDUCATIVAS, PSICOSSOCIAIS E POLÍTICAS

Leciono, no sétimo período, a disciplina Intervenções Psicossociais e Práticas Comunitárias.

Sobre Intervenção Psicossocial, um historiador, ex-companheiro de trabalho social e comunitário no Projeto Criança Esperança, respondendo à pergunta de um morador do Aglomerado da Serra sobre o que é intervenção, disse: "uma intervenção é como uma cirurgia médica. Promove-se um corte, trauma, que poderia ser entendido como um

ato violento em um corpo se não se tratasse de uma ação visando à saúde, à cura".[5]

Conforme Sarriera et al. (2010), o significado etimológico da palavra intervenção confronta seu sentido político de intromissão administrativa ou governamental para estabelecer a ordem interna de uma empresa, província ou estado, semelhantemente às intervenções autoritárias atuais em escolas públicas consideradas violentas, com seu significado de interferir, tomar parte na realidade de um coletivo com a intenção de modificá-la, mas estudando a vida cotidiana, valorizando o saber desses coletivos e investindo em relações horizontais.

Assim, Intervenção Psicossocial, em tese, ganha um caráter dialógico e de construção coletiva, minimizando seus aspectos de violência ou de "cura" unilateral nos quais o agente interno fica colocado como objeto passivo ou como "paciente". No entanto, é preciso problematizar aspectos éticos, como a hierarquia entre agentes externos e agentes internos, colocando em questão os saberes-poderes e, junto, o domínio de teorias e técnicas supostamente promotoras de mudanças. As pessoas que vivem os problemas e impasses devem ser os protagonistas maiores, reservando-se aos interventores os lugares de agentes catalisadores e coadjuvantes do processo relacional de mudança. Conforme o nosso colega da Faculdade de Psicologia da PUC Minas João Leite Ferreira Neto (2011, p. 191), "nesse processo os sujeitos da própria experiência construirão o desenho dos seus problemas e as estratégias de ação para o enfrentamento deles… o que é preciso nesses casos é transformar a experiência pessoal em um saber político e coletivo capaz de promover mudanças".

Para Machado (2004), Intervenção Psicossocial é trabalho de produção de conhecimentos e intervenções "sobre grupos, organizações, instituições, comunidades e movimentos sociais, fundado nas reflexões teóricas e descobertas da psicologia social e da psicossociologia" (MACHADO, 2004, p. 15).

[5] Miguel Almeida, ex-coordenador do Espaço Criança Esperança, no Aglomerado da Serra.

Um desafio de construção da aprendizagem que coloco para os alunos e as alunas é: quais as semelhanças e as diferenças entre Intervenções Psicossociais e Práticas Comunitárias? Com algum investimento em leituras, diálogos e reflexões, chegam a compreender que há Intervenções Psicossociais que são comunitárias, mas há também outras intervenções Psicossociais ocorridas em outros espaços (não comunitários) e sob diferentes óticas (grupais, organizacionais, institucionais). Também verificam que Práticas Comunitárias podem ocorrer com a presença de interventores psicossociais, porém há modalidades dessas práticas que prescindem da presença e da participação de psicólogos e psicólogos sociais, como, por exemplo, a Terapia Comunitária Integrativa (BARRETO, 2008) e a Mediação Comunitária (MOURÃO; NAIDIM, 2019).

No projeto de Extensão que coordenamos atualmente, baseamo-nos na intervenção psicossocial, uma prática social que se faz pesquisando e intervindo (FREITAS, 2008; MACHADO, 2004). O projeto MediAção Comunitária: Práticas comunitárias, restaurativas e de mediação de conflitos (MAC) existe há seis anos. Seu objetivo geral é dar continuidade a um processo de formação de mediadores comunitários e facilitadores de Justiça Restaurativa, salientando a condição de atores sociais. Além da mediação de conflitos e das práticas restaurativas, o projeto busca realizar ações comunitárias e de educação em direitos humanos. Nesse sentido, persegue a caracterização de mediação comunitária (NASCIMENTO, 2019).

A Mediação Comunitária é um conjunto de práticas que promovem a resolução de conflitos interpessoais, dentro de grupos e entre grupos comunitários, bem como entre grupos, comunidades e empresas públicas ou privadas. São utilizados métodos como a mediação de conflitos entre partes individuais (mediação atendimento) e entre partes coletivas (mediação comunitária). Os processos e as práticas restaurativas são métodos e técnicas de justiça restaurativa também utilizados em mediação comunitária. A Justiça Restaurativa é entendida como mais que uma metodologia. Para alguns, é um novo paradigma de justiça diferente do atual, que é punitivo, retributivo. Sob outra perspectiva,

a Justiça Restaurativa é uma filosofia, um modo de vida e de conexão entre as pessoas que apela para a ancestralidade humana comum. Os métodos de mediação de conflitos e os procedimentos restaurativos são utilizados em mediações comunitárias visando à prevenção à violência, à realização dialogal e comunitária da justiça, à transformação das relações e a promoção de uma cultura de paz. Mediação comunitária envolve também o desenvolvimento comunitário com o conhecimento da comunidade e da rede social, orientado para a emancipação social, a educação para autonomia e a proteção e promoção dos direitos humanos (MOURÃO; NAIDIM, 2019).

Entendemos que, para ser caracterizado como mediação comunitária, o projeto acadêmico que realizamos precisa ser também composto por mediadores representantes das comunidades, tais como moradores, lideranças ou mesmo educadores, alunos e familiares, no caso das ações que ocorrem no contexto escolar. A participação e a cogestão comunitárias são metas a serem alcançadas. Por enquanto, apenas o público-alvo do Projeto MAC tem sido composto de moradores dos bairros São Gabriel e Jardim Felicidade, respectivamente nas Regionais Nordeste e Norte da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Já houve aproximação com as redes sociais comunitárias de ambos os bairros. Considerando que os principais conflitos mediados têm sido de familiares e de vizinhos, um dos objetivos específicos do projeto foi, até o momento, o desenvolvimento de mudanças de atitudes e valores, com ampliação das capacidades de diálogo e da potencialização dos recursos para resolver desavenças. Como já dito, os objetivos deverão ser ampliados e envolverão o maior protagonismo comunitário nas ações.

Sob essa configuração anunciada, a mediação comunitária poderá ser compreendida como uma modalidade de Prática Comunitária. E mais, com a presença interdisciplinar de interventores psicossociais praticando uma pesquisa-ação, no nosso caso, representantes da Psicologia e do Direito em trabalho cooperativo com educadores, alunos, familiares e possivelmente atores da rede social comunitária, o trabalho ganha também o caráter de Intervenção Psicossocial Comunitária. Assim, tende a ser

Prática Comunitária, principalmente porque terá a participação protagonista de atores comunitários, o que poderia ocorrer sem a presença de agentes externos, mas não é esse o caso, nós estamos lá. É Intervenção Psicossocial, principalmente porque tem a presença de psicólogos e demais interventores psicossociais representando o saber acadêmico na relação dialogal e de co-construção com os agentes internos. O que há de comum é a dimensão participativa, cooperativa e de compromisso com transformações sociais. Essa articulação dá ao projeto o caráter de Intervenção Psicossocial Comunitária. O projeto MAC é, nesse sentido, um exemplo de resposta para a pergunta feita aos alunos e alunas.

Como já dito, temos recorrido às oficinas psicossociais como método e à pesquisa-ação como estratégia metodológica em nossas práticas de ensino, estágio, pesquisa e extensão. Nas oficinas psicossociais, trabalha-se com as dimensões pedagógicas, psicológicas e sociopolíticas (NASCIMENTO, 2003). A pesquisa-ação foi, previamente, pontuada como um paradigma. Em termos metodológicos, consiste em uma organização de estratégias e de táticas com objetivos triplos: a) ação para gerar mudança (ação); b) sistematização de conhecimentos (pesquisa) e c) ampliação dos saberes (educação). Nesse momento, estamos trabalhando numa capacitação para implementar uma câmara de práticas restaurativas e de mediação escolar em uma escola municipal de Belo Horizonte.

Segundo Machado (2010), a pesquisa-ação de Paulo Freire distingue-se, em aspectos importantes, da pesquisa-ação de Kurt Lewin, o primeiro idealizador do método. Esse último pesquisador atuava com grupos artificiais, contemplava a transformação social na direção estabelecida *a priori* por quem encomendava a pesquisa e tomava as decisões de modo unilateral. Já Freire analisa a demanda e também o saber dos grupos e das organizações, introduz a discussão da subjetividade e propõe que a ação e a investigação sejam geridas pelo coletivo de pesquisadores e pelos demais interessados. Desse modo, direciona atenção para as relações de colaboração e de ajuda, bem como também para a implicação do pesquisador. Assim se procura fazer nas intervenções psicossociais comunitárias na América Latina, com ênfase no compromisso social

em relação aos grupos subalternizados, e na transformação social em níveis estruturais (FREITAS, 2008).

Oficinas psicossociais, que são um método de intervenção psicossocial e de pesquisa-ação, conforme a ótica, confundem-se com Intervenção Psicossocial. A Intervenção Psicossocial fundamenta também meu trabalho como supervisor. Atuando junto ao, infelizmente, extinto Núcleo de Atendimento às Vítimas de Crimes Violentos (NAVCV), vinculado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (SEDESE)[6] – e fazendo de lá também campo de estágio e extensão –, elaborei um conceito de "Supervisão Psicossocial" (NASCIMENTO, 2013, no prelo) orientado pela Intervenção Psicossocial, entendida como expressão de práticas sociais e práticas clínicas (sem a necessidade de esses termos se autoexcluírem). Acredito que compartilhá-lo aqui pode contribuir para a reflexão de outros colegas supervisores e para a compreensão de alunos e alunas sobre os fundamentos dos nossos procedimentos.

A supervisão não é centrada no supervisor. Passa a ser ressignificada como uma "super-visão", que não é uma visão excessiva de um "super--homem" ou de uma "supermulher", mas uma visão que se vale dos múltiplos pontos de vista dos participantes, não havendo a necessidade de destacar a suposta visão "superior" do supervisor. Nesse processo, aspira-se à horizontalidade sem o desconhecimento de que há hierarquias socialmente construídas e institucionalmente estabelecidas. Elas são colocadas também sob análise e crítica.

A supervisão psicossocial faz-se como uma "intervisão", assemelhando-se ao que acontece no processo de formação dos terapeutas comunitários tal como propõe Adalberto Barreto e sua equipe de trabalho na Terapia Comunitária Integrativa (BARRETO, 2008). Investe-se em relações horizontais, carregadas de vivências e convivências, nas quais cada participante tem o seu direito a sentir, a refletir e, freirianamente,

[6] Atuamos como supervisores da equipe inter/transdisciplinar do NAVCV entre os anos de 2013 e 2015. Era composta principalmente por coordenador, psicólogos, advogados, assistentes sociais e recepcionista, mas também envolvia, eventualmente, outros componentes, como técnicos administrativos e de monitoramento e avaliação.

a dizer a sua palavra; além disso, os trabalhos de análise, de avaliação e de orientação para os atendimentos são coletivos e apenas relativamente centralizados no(a) "supervisor(a)".

A noção de "artes da existência", elaborada por Foucault e mencionada por Ferreira Neto (2011), também ajuda na elaboração de uma supervisão psicossocial. O investimento nas "práticas de si", coletivas, portadoras de dimensões criativas e emancipatórias dispensa, ou coloca entre parêntesis, a presença técnico-profissional do especialista que tende a fortalecer a dimensão do saber-poder. A descentralização do supervisor pode contribuir para a maior autonomia nas práticas coletivamente construídas na supervisão, oferecendo-se como epicentro e como referência às atuações psicossociais dos supervisandos.

Assim, o destaque vai para o próprio processo da supervisão. Por parte do supervisor, importa o exercício da humildade intelectual e científica, assim como o uso ativo da "ignorância douta" e da ignorância propriamente dita. Assumir o lugar de "gente que não sabe", lugar real e estratégico onde o não saber do supervisor contribui: a) com a possibilidade de o coletivo também assumir que não sabe; b) com o exercício de busca do saber pelos sujeitos e pelo coletivo; c) para que possa haver a problematização do saber ocorrido no contexto do vínculo amoroso e, atravessado pela hierarquia dos saberes, pela não horizontalidade, possibilitando uma subversão dialogal da ordem. Aspira-se que já possa haver prática emancipatória no ato mesmo do fazer coletivo na supervisão (NASCIMENTO, 2013, no prelo).

Todos esses investimentos são complexos e dependem da maior ou menor abertura e maturidade do supervisando, da proximidade e do tempo de convivência com o(a) supervisor(a), do entendimento, por ambos, sobre o aspecto ético-político envolvido. Com maiores ou menores compreensões da proposta, para além da adesão a ela, vamos investindo, "freiriando"…

EXTENSÃO, PESQUISA E PEDAGOGIA DA AUTONOMIA

Atualmente, invisto no Projeto de Extensão MediAção Comunitária: Práticas Comunitárias, restaurativas e de mediação de conflitos (MAC). O Projeto objetiva dar continuidade a um processo educativo em mediação comunitária que incentiva, e também busca contemplar, o mediador como ator social.

Mediação de Conflitos é um dos métodos consensuais de resolução no qual um terceiro, em posição equidistante, facilita o diálogo entre as partes em disputa. O mediador tem na transformação das posições e na responsabilização das pessoas em conflito seus principais objetivos. A mediação contempla a reativação da convivência pacífica entre as pessoas na medida em que privilegia a desconstrução ou a ressignificação do conflito entre as partes.

A Justiça Restaurativa está entendida como um novo paradigma, uma atitude e um modo de pensar, uma filosofia que, desde as perspectivas da vítima, do autor de infração e da comunidade, embasam uma nova forma de enfrentar o delito. As práticas restaurativas com adolescentes autores de ato infracional têm sido alvo de investimento da Comissão de Justiça e Práticas Restaurativas, em parceria com a PUC Minas, intermediados pelo Projeto MAC.

A mediação comunitária pode ser concebida como um conjunto de ações e de estratégias metodológicas e práticas que promove a resolução de conflitos interpessoais, intra e intergrupais, organizacionais e comunitários. Investe-se na participação comunitária e no acesso ao Direito e à Justiça, bem como recorre-se a métodos como a mediação de conflitos e a práticas e processos restaurativos. São objetivos e metas o fazer justiça de modo dialogal e comunitário, a transformação das relações, a prevenção à violência e a promoção de uma cultura de paz. Implica o conhecimento da comunidade e da rede social e também o desenvolvimento comunitário. É orientada pelos direitos humanos, pela educação para autonomia e pela emancipação social, além de motivar o indivíduo a se construir como sujeito comunitário (MOURÃO; NAIDIM, 2019; NASCIMENTO, 2019).

Nossa equipe acadêmica (eu, como professor coordenador e supervisor, e alunos extensionistas e estagiários de Psicologia e Direito, além de egressos de ambos os cursos) estuda e pratica a mediação de conflitos e a mediação comunitária, a justiça restaurativa e as atividades de educação em direitos humanos à luz da Psicologia Social Comunitária, entendendo todas essas atividades como espaços de mediação psicossocial e educativa.

Procuramos valorizar e potencializar as identidades múltiplas e cambiantes dos atores envolvidos com o Projeto. Assim, os mediadores, os mediandos e as microcomunidades restaurativas são vistos como educadores e educandos, e as mediações e as facilitações de processos relacionais são contempladas como espaços micropolíticos de transformação social. O conceito de relação, tal como visto neste artigo, transversaliza o projeto e articula suas dimensões teóricas, metodológicas, práticas e ético-políticas. Investimos na interdisciplinaridade e na transdisciplinaridade, assim como em valores comunitários como democracia, cidadania, participação, comunhão e solidariedade.

O público-meta se constitui, principalmente, de adultos e famílias do bairro São Gabriel e de adolescentes envolvidos em ato infracional da Região Metropolitana de Belo Horizonte. A estratégia metodológica tem referência nas pesquisas-intervenções desenvolvidas na América Latina e os principais métodos são mediação de conflitos, processos circulares de construção de paz, observação participante e oficinas psicossociais ou rodas de conversa. As experiências em processo comunicam que a mediação comunitária pode ser um espaço profícuo de resolução de conflitos, de formação humana e cidadã, de prevenção à violência e de desenvolvimento de ensino-aprendizagem profissional. Como já informado, nesse momento, estendemos as ações para uma escola municipal de Belo Horizonte.

Outro investimento resultante das ações no Projeto de Extensão e das aulas e supervisões de estágios em Psicologia e Mediação de Conflitos e em Psicologia e Justiça Restaurativa, realizadas na graduação e na pós-graduação da PUC Minas, é a pesquisa que desenvolvo

no doutorado da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Realizo uma pesquisa-ação participativa, com contribuições da Psicologia Social Comunitária e dos saberes afins, sobre os posicionamentos ético-políticos de mediadores de conflitos e os facilitadores de justiça restaurativa em um processo formativo, o qual aproxima os estudantes de Psicologia e de Direito aos atores comunitários e aos profissionais do Judiciário e de Políticas Públicas de Educação e Assistência Social, dentre outras.

Parto do pressuposto de que capacitações atuais, referenciadas na mediação judicial, enfatizam o uso de técnicas sem promoverem satisfatoriamente o aporte de teorias e o incentivo a um engajamento ético-político que vá além dos discursos sobre a construção de uma cultura de paz. A hipótese a ser verificada afirma que a exploração cuidadosa e crítica de experiências comunitárias e de violências vividas pelos mediadores em formação pode gerar conexões em seus processos educativos de conscienciação (conceito freiriano trabalhado na terceira seção), como atores sociais e sujeitos políticos. Isso ocorrendo em práticas de ensino-aprendizagem e de reflexividade que viabilizarão o protagonismo dos sujeitos por meio de vivências, narrativas, interações e registros individuais de "atores-pesquisadores de si" e também no contexto de grupos de discussão regulares do processo formativo. Isso ocorrerá também por meio da invenção metodológica de um grupo específico com funções de coleta de dados e de aperfeiçoamento da formação em mediação comunitária e em justiça restaurativa. Esse "Círculo Biográfico de Pesquisa" estará baseado em várias contribuições anteriores, dentre elas, os Círculos de Cultura de Paulo Freire.

Paulo Freire criou os Círculos de Cultura no contexto da alfabetização de adultos em Recife. Trocou as aulas exclusivamente expositivas pelo diálogo. Passou a coordenar debates e a atuar como animador cultural, deixando o lugar de professor orador. Convidou o aluno para sair do lugar de passividade e para se tornar participante de grupo. Optou pelos temas geradores e pela discussão crítica e criativa, em detrimento de conteúdos idealizadores da realidade. Passou a formar agentes sociais de

mudança, ao invés de treinar pessoas para se adaptarem ao estabelecido (FREIRE, 1983).

RACIALIZANDO A PSICOLOGIA (SOCIAL)

O recente acontecimento da análise e da crítica que a antropóloga Lilia Schwarcz fez ao álbum *Black is King*, de Beyoncé, gerou muita polêmica. Não pretendo, no escopo deste trabalho, emitir minha opinião sobre a qualidade da obra da artista negra, porque não é o que mais interessa aqui. Importa mais contemplar um aspecto da discussão: a implicação racial de intelectuais brancos. A psicanalista Maria Rita Kehl saiu em defesa parcial de Lilia. Em evento da PUC São Paulo, Kehl e outro importante psicanalista, Christian Dunker, contemplaram o tema da Psicanálise e das Políticas Identitárias abordando também a discussão iniciada pelo artigo da Lilia Schwarcz. Ambos foram questionados sobre seus lugares de fala, suas localizações como pessoas brancas no Brasil estruturalmente racializado. Ficou visível o "mal-estar", termo tão usual entre os seguidores de Freud. Ciente de que há desencontros entre os pontos de partida para a construção de saberes nas ciências sociais e na Psicanálise também não pretendo polemizar aqui concepções dessa importante disciplina afim ou incorporada pela Psicologia. Quero manter em relevo a compreensão psicossocial de que o racismo é estrutural (ALMEIDA, 2020). Assim sendo, não é possível que sujeitos e instituições se coloquem fora dele.

O psicanalista e marxista Slavoj Zizek pontuou que não há lugar não ideológico a partir do qual se possa falar de ideologia (ZIZEK, 1996; NASCIMENTO, 2000). Então, retomando Marilena Chauí (2016), citada mais acima, considero importante que também acadêmicos e intelectuais críticos brancos possam se implicar com suas "consciências contraditórias" e se responsabilizarem pelas ideologias que atravessam suas "boas intenções". Quero crer que as três pessoas citadas, dado o seu engajamento social, cada um/a em seu tempo, avançarão em suas

reflexividades e autoanálises da implicação e se racializarão, revendo e assumindo também o lugar de poder da sua branquitude.

Observamos juntos (eu e a equipe de coordenação) que o Grupo de Estudos Pretos (GEP), o qual tive o prazer de supervisionar e permaneço apoiando, realiza um importante papel acadêmico sobre as relações étnico-raciais. Não propositalmente ele tem ido além dos estudos coletivizados, trazendo em suas práticas uma dimensão de intervenção psicossocial e educativa, realizada nos encontros de estudos, palestras e demais ações, acadêmicas ou não, feitas pelo grupo por meio de metodologias grupais participativas. Os apontamentos que se seguem estão recheados de reflexões e práticas do Grupo de Estudos Pretos. Foi muito satisfatório escrever em coautoria com representantes desse grupo (JESUS; SILVA; NASCIMENTO, 2020).

Raça é um conceito não biológico, mas relacional, caracterizado por condições históricas, políticas e socioeconômicas. No contexto da expansão europeia, houve invasão e dominação violenta de povos e de territórios em outros continentes. No Brasil, povos nativos traficados da África foram colonizados e, a partir daí, foram também nomeados e classificados. Racismo vem dessa concepção sociológica e política de raça (JESUS; SILVA; NASCIMENTO, 2020).

Conforme Silvio de Almeida (2020), o racismo é processo histórico e político que reproduz estruturalmente as condições de subalternidade ou de privilégio de sujeitos racializados. Não é primeiramente ato ou interação, nem fenômeno institucional independente, é fundamentalmente racismo estrutural. A estruturação social e política, e um imaginário social de desigualdade com a superioridade dos brancos e a inferioridade dos negros e dos índios, se corporifica nas organizações sociais como famílias, escolas e empresas, pautando as interações sociais, processando as subjetividades e construindo as identidades. Os âmbitos institucionais, intersubjetivos e pessoais do racismo advêm dessa condição estrutural fundante (JESUS; SILVA; NASCIMENTO, 2020).

O racismo institucional "refere-se ao nível político-programático das instituições, a ações amplas voltadas à coletividade" (CONSELHO

FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2017) que tem privilegiado a população branca com prioridades, escolhas de gestão e ainda por meio de negligências e desfavorecimentos às populações negras e indígenas. A ação maior é estrutural, depois institucional/organizacional. Os impactos no sujeito são posteriores (JESUS; SILVA; NASCIMENTO, 2020).

Então, após pontuar e reconhecer as dimensões estruturais e institucionais do racismo, pode-se focalizá-lo em microalcance e em sua condição relacional. Ele acontece na relação entre dois ou mais sujeitos, não sendo unilateral (CARDOSO, 2010). É importante focalizar a branquitude nesse contexto, racializando a pessoa branca e tirando dela o *status* de naturalidade e universalidade. Trata-se de identidades hegemônicas que estiveram "poupadas de uma análise crítica" (SANTOS; SCHUCMAN; MARTINS, 2012, p. 172). Para Bento e Carone (2003), o "medo" das elites brasileiras em relação ao crescimento e ao empoderamento da população negra e mestiça gerou o processo político e psicológico do "branqueamento". Após a abolição da escravatura, houve uma pressão social para que houvesse a negação de si mesmos, do corpo e da mente dos negros, os quais, dessa forma, tornaram-se capazes de pertencerem à sociedade brasileira. A branquitude é, portanto, um lugar de privilégios objetivos, subjetivos, simbólicos que contribuem para a construção social do racismo (CARDOSO, 2010). Assumir-se branco não é apenas se identificar com a cor da pele branca e seus demais traços físicos. Ser branco é tomar consciência de ser privilegiado no Brasil, país que se estruturou no contexto de hierarquias de classe, de raça e de gênero (JESUS; SILVA; NASCIMENTO, 2020).

Para o educador branco Paulo Freire (1999), as práticas preconceituosas de classe, de gênero e de raça ofendem o ser humano e negam a democracia:

> Quão longe dela nos achamos quando vivemos a impunidade dos que matam meninos nas ruas, dos que assassinam camponeses que lutam por seus direitos, dos que discriminam os negros, dos que inferiorizam as mulheres. Quão ausentes da democracia se acham os que queimam igrejas de negros porque, certamente, negros não têm alma.

> Negros não rezam. Com sua negritude, os negros sujam a branquitude das orações… (FREIRE, 1999, p. 40)

Na minha pesquisa de doutorado (Faculdade de Educação/UFMG), pretendo desenvolver a hipótese de que aspectos de raça da nossa nacionalidade brasileira atravessam a identidade psicossocial dos mediadores comunitários e dos facilitadores de justiça restaurativa (alguns/umas deles/as psicólogos/as e advogados/as em formação ou formados/as) e também interferem, potencializando ou inibindo, nas capacidades interventivas desses técnicos que são também sujeitos e atores sociais. Identidade foi um dos conceitos principais da minha dissertação de mestrado sobre a paternidade nas classes trabalhadoras urbanas de Belo Horizonte, defendida há 20 anos. Ali eu já contemplava as dimensões de classe, de gênero e de raça da identidade, nessa ordem. Agora pretendo dar maior relevo à raça como categoria de análise e de conceito político, ao conduzir uma pesquisa-ação participativa na qual, reitero, ocorrem: sistematização de conhecimentos, educação e ação para gerar mudanças.

Nesse momento, busco me aproximar de conhecimentos decoloniais sistematizados a partir da África e da Diáspora. Nas brechas deixadas por Paulo Freire e por psicólogos sociais latino-americanos seguidores dele, como Martín-Baró (2017), procuro, no paradoxo da inovação e da ancestralidade da Psicologia Africana (NOGUEIRA, 2019), diálogos possíveis com os paradigmas da Justiça Restaurativa e dos saberes e fazeres comunitários. A aposta é que possam oferecer aportes de libertação e construções comunitárias de justiça e paz para os tempos de hoje.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste 2020, celebramos os vinte anos do Curso de Psicologia junto com a unidade da PUC São Gabriel e também os 99 anos, reta para o centenário, de Paulo Freire. Sinto-me grato por fazer parte desta Universidade e por me perceber próximo do grande educador brasileiro!

Para Freire, ler e escrever é vincular linguagem e realidade e tornar-se capaz de ler o mundo e seu contexto (FREIRE, 1989). Este artigo foi escrito no contexto da pandemia do coronavírus e parte dele foi produzida nos tempos da minha quarentena por motivo de contaminação. Eu quis! Escrever é viver! Foi oportunidade de retomar lembranças, focalizar feitos e refletir sobre uma trajetória. Tenho experienciado um sentimento de integração na Universidade como nunca tive antes. Também me vejo mais livre para desenvolver reflexões e para exercer o "direito de dizer a minha palavra", como tantas vezes pontuou Freire, bem como para reafirmar minhas localizações: na Psicologia, como professor, como homem negro heterossexual e de classe média, porém identificado com as camadas populares, inclusive devido à opção pelo meu atual território de moradia.

Comecei a conhecer Paulo Freire na adolescência. Fui, ao mesmo tempo, público-meta e ator interventor em pastorais católicas na Região da Cidade Industrial e do Barreiro. Trabalho desde tenra idade e já nos primeiros anos me envolvi como piquete numa greve dos trabalhadores do comércio. O nome de Paulo Freire estava presente nos sindicatos de esquerda e nas Comunidades Eclesiais de Base com sua influência nos círculos bíblicos, por exemplo. Ele era referência para agentes externos que se inseriam nas minhas comunidades de pertencimento e era clara a sua proximidade com a Teologia da Libertação. Na graduação em Psicologia, foi fácil me identificar com a Psicologia Social e, nela, com a Psicologia Comunitária. Na minha opção pela licenciatura, Paulo Freire estava lá, destacado! Com um semestre de formado, tornei-me professor de magistério no ensino médio e pouco depois fui, por quatro semestres, contratado como professor nos Cursos Emergenciais de Licenciatura por meio da Extensão da PUC Minas. Revisando, então, tenho mais anos de extensão na PUC Minas do que de professor selecionado.

Contemplei a extensão como comunicação, à luz de Paulo Freire. A extensão é, para mim, o espaço mais potente de ensino-aprendizagem da Universidade. Em seu contexto, com alunos, articulamos a extensão com ensino, estágio e pesquisa e promovemos, efetivamente, a interdis-

ciplinaridade, a transdisciplinaridade e, nelas, a dimensão relacional, se bem explorada, é uma grande potência. Nessa direção, focalizei o nosso educador homenageado como referência para um novo paradigma presente na Psicologia Social Crítica Latino-Americana, explorando especialmente o conceito de relação e, consequentemente, o de alteridade. As correntes Psicologia da Libertação e Psicologia Social Comunitária foram enfatizadas, porque compõem a vertente crítica de Psicologia Social do nosso continente e são referências para mim.

Paulo Freire foi identificado em teorias, práticas e metodologias da Psicologia Social que fazemos na América Latina e na PUC Minas. Os investimentos na Mediação Comunitária e na Justiça Restaurativa, como filosofia e modo de vida, e que se valem da ancestralidade, possibilitam o trabalho de aproximação com estudos africanos, os quais estão nos caminhos que ainda pretendo trilhar. Alguns desses estudos se embasam em epistemologias contemporâneas críticas da colonização. Como Enrique Dussel, filósofo da libertação, Paulo Freire é também apontado entre os nomes de precursores das epistemologias decoloniais.

Até aqui contemplei a presença do educador pernambucano em minhas trajetórias de vida e acadêmica. No presente momento, em que busco consolidar minhas perspectivas teórico-práticas de ação e análise, sou impelido a aprofundar o estudo da obra de Freire. Invisto no aprimoramento das práticas de intervenção e de investigação em realização. Junto disso, pretendo continuar contribuindo com a formação de novos profissionais por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, a partir da Faculdade de Psicologia da PUC Minas. Com muita alegria, vejo Paulo Freire seguindo como companheiro nessa trajetória.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Lúcia. **Oficinas em dinâmicas de grupo**: um método de intervenção psicossocial. São Paulo: Edições do Campo Social, 2002.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2020.

ALVARO, José L.; GARRIDO, A. **Psicologia Social**: Perspectivas psicológicas e sociológicas. São Paulo: McGraw Hill, 2006.

ANDALOUSSI, El Khalid. **Pesquisas-ações**: ciência, desenvolvimento, democracia. São Carlos: EdUFSCar, 2004.

BARRETO, Adalberto P. **Terapia comunitária passo a passo**. Fortaleza: Gráfica LCR, 2008.

BATISTA; MAYORGA; NASCIMENTO. Pesquisa-ação participativa e transformação Social. In: FAZZI et al. (org.). **Diálogos em extensão**: encontros da Rede PUC sobre Infância, Adolescência e Juventude. Belo Horizonte: PUC Minas, 2010. p. 159-178.

BENTO, Maria A. S.; CARONE, Iray (org.). **Psicologia social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2003.

CARDOSO, Lourenço. Branquitude acrítica e crítica: a supremacia racial e o branco anti-racista. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 8, n. 1, p. 607-630, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1692-715X2010000100028&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 01 jan. 2020.

CHAUI, Marilena. Ideologia e educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 42, n. 1, p. 245-257, jan./mar. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v42n1/1517-9702-ep-42-1-0245.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações raciais**: referências técnicas para atuação de psicólogas(os). Brasília: CFP, 2017.

CORDEIRO, M. P.; LOPES, F. T. P. Psicologia social ou psicologias sociais: uma análise dos repertórios interpretativos que dão sentido a este campo profissional. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, XIV, 2009, Fortaleza.

FERREIRA NETO, João L. **Psicologia, políticas públicas e o SUS**. São Paulo: Escuta, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 1977.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 25. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

FREITAS, Maria F. Q. Contribuições da psicologia social e da psicologia política ao desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária. In: **Psicologia & Sociedade**. v. 8, n. 1, p. 3-15, 1996.

FREITAS, Maria F. Q. Estratégias de ação comunitária e mudança social: relações a partir da vida cotidiana e dos processos de participação. In: DIMENSTEIN, Magda (org.). **Psicologia Social Comunitária**: aportes teóricos e metodológicos. Natal: EDUFRN, 2008. p. 23-42.

GUARESCHI, P. A. Sinais de um novo paradigma. In: CAMPOS, Regina H. F.; GUARESCHI, Pedrinho A. (org.). **Paradigmas da Psicologia Social Latino-Americana**: a perspectiva latino-americana. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 81-99.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**. v. 5, p. 7-41, 1995. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=51046>. Acesso em: 19 set. 2020.

JESUS, Karine Vieira de; SILVA, Leandro Bento da; NASCIMENTO, Rubens Ferreira do. A Psicologia na construção e enfrentamento do racismo: a experiência do Grupo de Estudos Pretos. **Pretextos Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**. v. 5, n. 9, jan./jun., 2020.

LANE, Silvia T. Fundamentos históricos da Psicologia Social Comunitária. In: CAMPOS, Regina H. F. (org.). **Psicologia Social Comunitária**: da solidariedade à autonomia. Petrópolis: Vozes, 2009.

LÉVY, André. **Ciências clínicas e organizações sociais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

MACHADO, Marilia N. M. **Práticas sociais pesquisando e intervindo**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2004.

MACHADO, Marilia N. M. Intervenção psicossociológica, método clínico de pesquisa e de construção teórica. In: **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. São João Del Rei, v. 5, n. 2, ago./ dez., 2010.

MARTÍN-BARÓ, I. Para uma Psicologia da Libertação. In: GUZZO, Raquel S. L.; LACERDA JR., Fernando. **Psicologia Social para a América Latina**: o resgate da Psicologia da Libertação. Campinas: Alínea, 2009.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na Psicologia**: estudos psicossociais. Petrópolis: Vozes, 2017.

MAYORGA, Claudia. Revisitando a Pedagogia do Oprimido. In: MAYORGA, Claudia; PRADO, Marco A. M. (org.). **Psicologia Social**: articulando saberes e fazeres. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MAYORGA, Claudia; NASCIMENTO, Rubens F. Dinâmicas da transformação social: reflexões sobre a pesquisa-ação em contextos comunitários. In: MAYORGA, C.; RASERA, E.; Pereira, M. S. **Psicologia Social**: sobre desigualdades e enfrentamentos. Curitiba: Juruá, 2009.

MESQUIDA, P.; WANDSHEER, R. A paideia freireana: a utopia da formação como prática da liberdade. 2005. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14863706-A--paideia-freireana-a-utopia-da-formacao-como-pratica-da-liberdade-resumo.html>. Acesso em: 19 set. 2020.

MONTERO, M. Paradigmas, corrientes e tendencias de la psicologya social finissecular. **Psicologia & Sociedade**, v. 8, n. 1, p. 3-15, 1996.

MONTERO, Maritza. Ser, fazer e aparecer: crítica e libertação na América Latina. In: GUZZO, Raquel S. L., LACERDA JR., Fernando. **Psicologia Social para a América Latina**: o resgate da psicologia da libertação. Campinas: Alínea, 2009.

MOREIRA, V.; SLOAN, T. **Personalidade, ideologia e psicopatologia crítica**. São Paulo: Escuta, 2002.

MOURÃO, Barbara M. e NAIDIN, Silvia (Org.). **Mediação comunitária no Brasil**: diálogo entre conceitos e práticas. Rio de Janeiro: CESeC Mediare, 2019.

NASCIMENTO, Rubens F. **Pobre pai**: a construção da identidade de homens pais pobres urbanos. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

NASCIMENTO, Rubens F. Pesquisa-ação e oficinas psicossociais: recursos metodológicos de trabalho social e comunitário. In: GUERRA, A. M. C. G et al. **Psicologia Social e direitos humanos**. Belo Horizonte: Edições do Campo Social; ABRAPSO Minas, 2003.

NASCIMENTO, Rubens F. Psicologia Social e sexualidade. In: **Anais do Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica**, XI, Belo Horizonte: UFMG, 2007.

NASCIMENTO, Rubens F. **O que é isso, companheiro?** Supervisão psicossocial no NAVCV BH. 2013. [No prelo].

NASCIMENTO, Rubens F. **MediAção comunitária**: práticas comunitárias, restaurativas e de mediação de conflitos. Projeto de Extensão. Belo Horizonte: PUC Minas, 2019.

NASCIMENTO, Rubens F. et al. Oficinas de grupo na formação de educadores. **Cadernos de Psicologia**. PUC Minas, Belo Horizonte, v. 6, n. 9, p. 24-32, dez., 1999.

NASCIMENTO, Rubens F.; VIANA, Eliete et al. Conversa-Ação comunitária: fortalecendo as relações entre a PUC Minas São Gabriel e comunidades vizinhas. In: **Seminário de Extensão Universitária, VII**: produção de conhecimento e transformação: O papel da extensão universitária. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012. Disponível em: <http://www1.pucminas.br/documentos/forext_13.pdf>. Acesso em: 19 set. 2020.

NOGUEIRA, Simone G. **Libertação, descolonização e africanização da Psicologia**: breve introdução à psicologia africana. São Carlos: EdUFSCar, 2019.

PEREIRA, William C. C. **Dinâmica de grupos populares**. Petrópolis: Vozes, 1999.

PIZZINATO, Adolfo. Psicologia da Libertação. In: SARRIERA, Jorge C.; SAFORCADA, Enrique T. (org.). **Introdução à Psicologia Comunitária**: bases teóricas e metodológicas. Porto Alegre: Sulina, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Aroldo. **Psicologia Social**. Petrópolis: Vozes, 1979.

SALGADO, Sebastião. Sebastião Salgado: "Foi dito que eu fazia estética da miséria. Ridículo! Fotografo meu mundo". [Entrevista cedida a] Manuel Morales. **El País**, 24 jun. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/20/eps/1558350781_612997.html>. Acesso em: 13 set. 2020.

SANTOS, Alessandro de Oliveira dos; SCHUCMAN, Lia Vainer; MARTINS, Hildeberto Vieira. Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 32, n. esp., p. 166-175, 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s1414-98932012000500012&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 19 set. 2020.

SARRIERA, Jorge C. et al. Intervenção psicossocial questões ética e técnica. In: SARRIERA, Jorge C. (coord.). **Psicologia Comunitária**: estudos atuais. Porto Alegre: Sulina, 2010.

SPINK, Mary J.; SPINK, Peter. Psicologia social na atualidade. In: JACÓ-VILELA, A. M.; FERREIRA, A. A. L.; PORTUGAL, F. T. **História da Psicologia**: rumos e percursos. Rio de Janeiro: NAU, 2005. p. 565-585.

VALE, Maria J.; JORGE, Sonia M. G.; BENEDETTI, Sandra. **Paulo Freire, educar para transformar**: almanaque histórico. São Paulo: Mercado Cultural, 2005. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/paulofreire/almanaque_de_paulo_freire.pdf>. Acesso em: 12 set. 2020.

ZIZEK, Slavoj. Introdução: O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.